

AMEAÇA AOS CONTRATOS DE RISCO

Na Constituinte, tenta-se anular os contratos de risco já assinados. Isso tiraria da Texaco a exploração do promissor poço de Marajó.

A Frente Parlamentar Nacionalista que acabar com os contratos de risco em vigor. Para isso, tentará derrubar, na Constituinte, as emendas aditivas às disposições transitórias que asseguram a continuidade dos contratos assinados até a data da promulgação de nova Constituição.

Se uma das emendas não for aprovada, serão considerados denunciados todos os contratos de risco assinados pela Petrobrás, o que inclui o contrato da Texaco para a exploração da Bacia de Marajó, no Pará. O texto constitucional aprovado proíbe os contratos de risco, mas um acordo entre as lideranças estabeleceu que os contratos já assinados pela Petrobrás seriam ressaltados nas disposições transitórias.

Os parlamentares da Frente Nacionalista, entretanto, não se consideram obrigados a cumprir esse acordo, por causa de sua posição histórica contra os contratos. "Eu denunciei os contratos de risco como vice-líder do PMDB na Câmara, na manhã do dia em que eles foram autorizados pelo ex-presidente Geisel", explica por exemplo o deputado Jorge Uequet (PMDB-RS).

São duas as emendas que ressaltam da proibição os contratos de risco em vigor — uma de autoria do deputado João Carlos Bacelar (PMDB-BA), e outra, de Alceni Guerra (PFL-PR). Pelo acordo de lideranças, uma delas deveria ser aprovada como o parágrafo único do artigo 27 das disposições transitórias.

O deputado Luís Roberto Ponte, (PMDB-RS), um dos negociadores do acordo, acredita que ele será honrado. Mas há constituintes que acham que o acordo da Texaco deve ser denunciado mesmo que o plenário aprove a ressalva. É o caso do líder do PCB, deputado Roberto Freire. Ele diz que vai votar conforme o acordo, "se o Centrão respeitar outros acordos até lá". Mesmo assim, quer que a Petrobrás denuncie o contrato de risco de Marajó, indenize a Texaco e assuma a exploração da Bacia.

"Foi o que os iraquianos fizeram em Majnoon, um campo que a Braspetro descobriu por um contrato de risco", lembra Freire. Ele sublinha que a descoberta vai demonstrar o que os oponentes do contrato de risco sempre disseram: na prática, ele é uma quebra do monopólio estatal.

Foto: Redolfe Oliveira/A. Província do Pará